



O TURISMO REVALORIZANDO E INTEGRANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

DEMERSON DE SOUSA LIMA¹

RESUMO

Nas últimas décadas o patrimônio histórico cultural da porção sul da Amazônia passa a ser valorado pelo poder público e privado como produtos para oferta turística e o desenvolvimento do turismo regional. O processo intensifica-se após a conclusão da Estrada do Pacífico interligando por via terrestre a região da tríplice fronteira do Brasil, Bolívia e o Peru com a América Latina, abrindo perspectivas do desenvolvimento e integração do setor turístico regional e internacional. A busca de compreender as relações entre o patrimônio histórico-cultural e ambiental e a relação com oferta turística no Estado do Acre, vislumbrando as potencialidades e perspectivas do turismo focadas no patrimônio histórico-cultural e da valorização de suas paisagens para o turismo é o foco de análise deste ensaio. A metodologia além da revisão bibliográfica, referente às temáticas analisadas e de informações in loco obtidas de órgãos governamentais foram somadas a vivências e experiências de campo que possibilitaram as análises conclusivas. Os principais resultados demonstram que esta região de fronteira, a par do valioso patrimônio histórico-cultural, composto por sítios arqueológicos, unidades de conservação, festas religiosas, espaços e produtos rurais e urbanos, elenco de atrativos que é ofertado como produto para o consumo do turismo em todo Estado do Acre e demais mercados emissores, possibilita a preservação histórico-cultural e territorial ali existente.

Palavras-Chave: Turismo. Patrimônio. Território.

TOURISM REVALUING AND INTEGRATING HISTORICAL-CULTURAL AND ENVIRONMENTAL HERITAGE IN THE SOUTH-WESTERN AMAZON

ABSTRACT

In the last decades the historical cultural patrimony of the southern portion of the Amazon comes to be valued by the public and private power as products for tourism offer and the development of regional tourism. The process is intensified after the conclusion of the Pacific Highway, connecting the region of the triple border of Brazil, Bolivia and Peru with Latin America by land, opening prospects for the development and integration of the regional and international tourism sector. The search to understand the relationship between historical and cultural heritage and the relationship with tourism in the State of Acre, looking at the potential and perspectives of tourism focused on historical and cultural heritage and the appreciation of its landscapes for tourism is the focus of this essay. The methodology in addition to the bibliographic review, referring to the topics analyzed and information in loco obtained from government agencies and experiences and field experiences made possible the conclusive analysis. The main results show that this border region, along with the valuable historical and cultural patrimony, is composed of archaeological sites, conservation units, religious festivals, rural and urban spaces and products, a list of attractions that are offered as a product for the consumption of tourism in every State of Acre and other emitting markets, enables the historical-cultural and territorial preservation existing there and protects it to some extent.

Keywords: Tourism. Patrimony. Territory.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB), mestre em Desenvolvimento Regional, geógrafo e economista pela Universidade Federal do Acre. Membro do Grupo de Pesquisa do CNPQ Turismo, Território e Cultura (Linha de pesquisa: Turismo de fronteira) da Universidade Estadual do Ceará - UECE, e também do Grupo Mídias e Territorialidades Ameaçadas (Linha de Pesquisa Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade) da Universidade Federal do Tocantins - UFTO. Email: dermeson.lima@ac.gov.br

1. Introdução

A região amazônica tem nos seus aspectos históricos e culturais vínculos diretos com o meio ambiente natural desde sua formação. Aliás, a Amazônia é um dos maiores patrimônios de floresta tropical do planeta. A relação homem e natureza foi determinante sua formação socioterritorial, assim como, para sobrevivência humana, e a formação cultural e histórica dessas populações é o resultado desse intercâmbio multicultural. A formação do patrimônio amazônico é fruto de uma relação dialética entre o homem e a natureza, pois para a sobrevivência humana o uso do meio ambiente foi essencial para sobrevivência humana. Assim, a historicidade da região amazônica está embricada com o seu patrimônio histórico-cultural e ambiental que são repletos de identidades materiais e imateriais e formam uma cultura única. Estes aspectos passam na contemporaneidade a serem adequadas a exploração das atividades de turismo e de lazer.

A região amazônica, um território fronteiriço rico em biodiversidade e cultura, que no meio acadêmico e científico na sua porção sul no extremo ocidente é denominado de Amazônia Sul-Occidental que é o recorte territorial analisado neste artigo. Neste fragmento territorial estão os Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas no Brasil estendendo-se também para os países vizinhos do Peru e da Bolívia. No Peru os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e na Bolívia, o Departamento de Pando. Nos países vizinhos existem os departamentos que são divisões políticas administrativas equivalentes aos Estados no Brasil. Nesta região se situa o Estado do Acre, unidade federativa do Brasil, objeto de estudo deste artigo. O Acre está inserido no grande ecossistema amazônico, localizado no extremo oeste na região norte do Brasil, fazendo fronteira com os Estados amazônicos do Amazonas e Rondônia e internacional com os países da Bolívia e do Peru.

A Amazônia Sul-Occidental que, de forma geral, preserva um rico e diverso conjunto de elementos representativos à sua formação histórica e cultural tem forte influência no Ciclo da Borracha, que atraiu várias levas de imigrantes, principalmente de nordestinos que foram somados ao patrimônio ali existe como ambiente natural formado ecossistema florestal e vasta rede hidrografia formaram sua identidade regional única e diversa que formaram seu patrimônio natural, histórico e cultural. Nesse interim, estes elementos socioculturais e históricos se

propagam em várias religiões, somadas aos saberes das populações tradicionais, a preservação de sítios arqueológicos são uma pequena amostra do patrimônio cultural que é ancorado pelos aspectos sinérgicos de uma materialidade premente da vastidão da floresta que formam o bioma amazônico.

2. A Dialética da Formação Histórica e Cultural da Amazônia Sul-Occidental

A região de fronteira da Amazônia Sul-Occidental que envolve os três países (Brasil-Bolívia-Peru), no início do século XX, esteve envolvida em conflitos territoriais e geopolíticos que em escala regional, nacional e internacional pela falta de definição das fronteiras. A região foi configurada pelos primeiros colonizadores pelos grandes vazios demográficos, dada a baixa densidade demográfica, sem considerar a ocupação dispersa e a cultura de seus habitantes nativos, os indígenas. Outrora, a região foi vista como um celeiro de recursos naturais à disposição do sistema capitalista, como a borracha que abastecia as metrópoles mundiais europeias e norte-americana impulsionada pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial.

A colonização do período da borracha no final do século XIX e início do século XX alavancaram frentes pioneiras e ciclos migratórios para região amazônica, principalmente, para servir de mão de obra nos seringais nativos para produção da borracha. Novas sociabilidades impostas pela lógica do mercado se solidificaram a partir da exploração capitalista da borracha que lança a modernização dos processos produtivos do extrativismo e insere novos elementos humanos na Amazônia. (BECKER, 2013). O principal elemento humano deste ciclo econômico foi o nordestino, a saga migratória desse povo foi preponderante para formação sociocultural da região, pois ao buscar a adaptação da floresta, foi decisiva para a configuração dos atuais elementos culturais da região amazônica.

A colonização do período da borracha no final do século XIX e início do século XX alavancaram frentes pioneiras e ciclos migratórios para região amazônica, principalmente, para servir de mão de obra nos seringais nativos para produção da borracha. Novas sociabilidades impostas pela lógica do mercado se solidificaram a partir da exploração capitalista da borracha que lança a modernização dos processos produtivos do extrativismo e insere novos elementos humanos na Amazônia (BECKER, 2013).

O principal elemento humano deste ciclo econômico foi o nordestino, a saga migratória desse povo foi preponderante para formação sociocultural da região, pois ao buscar a adaptação da floresta, foi decisiva para a configuração dos atuais elementos culturais da região amazônica. Os conhecimentos das populações indígenas também ocupam um papel significativo para novas territorialidades ali existentes, e foram compondo características culturais dos amazônicas, ocorrendo uma aculturação e a formação de uma identidade sociocultural definidora do povo da Amazônia Sul-Occidental. A simbiose de saberes e identidades formaram um legado cultural peculiar, necessários para a adaptação do nordestino ao meio ambiente rústico da floresta, mais pela necessidade de sobrevivência, como a alimentação e trabalho do que por opção e, ao mesmo tempo, a floresta foi à base sócio-identitária regional para esse episódio (LIMA, 2003).

A ocupação regional foi entrelaçada pelos atores locais, como os indígenas e imigrantes de um lado a população indígena que foi se miscigenando com os migrantes, gerando novos tipos humanos que deram justificativas para a ocupação do espaço e para a construção de identidades. Do outro lado da fronteira, na miscigenação de imigrantes vindo dos altiplanos andinos da Bolívia e Peru prevaleceu a forte descendência indígena. Valcuende e Arruda (2009) também refletem que as identidades religiosas e culturais que são repletas de mitos e lendas da floresta, durante o ciclo da borracha, também se ancoram pela necessidade de sobrevivência, o amparo para vencer as adversidades da floresta. As relações de miscigenação marcam esse processo sociocultural, o que caracterizaram a existência de um gênero de vida peculiar associado aos seus primeiros habitantes, os indígenas com culturas típicas e adaptadas ao meio natural com forte relação com a floresta e os rios para alimentação e circulação. Os hábitos alimentares, como a caça e a pesca fortaleceram essa relação, ainda movida principalmente pela necessidade de alimentação, sobrevivência, locomoção e fornecimento de bens matérias de habitação e transporte, foram os responsáveis pela aculturação.

A região amazônica e o Estado do Acre por sua extensão territorial e isolamento físico dos médios e grandes centros urbanos passa a preservar uma variedade de aspectos biofísicos e socioeconômicos locais e regionais. Estes aspectos propiciaram aos investidores, como os governos e empresários em

diversas escalas diversos ganhos financeiros que seguiram uma lógica territorial que se espalharam por rede hidrográfica que adentaram os lugares mais longínquos, na qual, os grandes seringais cresceram e tornaram-se centros da produção gomífera. As vilas transformaram-se em vilarejos, cidades e sedes municipais, novos elementos foram incorporados a esse patrimônio efetivo da Amazônia na busca da valorização e exploração territorial, que conjugados a redes técnicas, como a navegação a vapor, casas aviadoras (casas comerciais) e bancos de créditos, urbanização das principais cidades que, de forma geral, tiveram o pano de fundo os reflexos financeiros da economia da borracha (BECKER, 2013).

Os processos de ocupação foram dispersos e contraditórios nos seus aspectos territoriais e socioeconômicos, pois, acentuaram as discrepâncias entre as áreas rurais e urbanas. A produção da borracha seguia uma hierarquia de circulação concentrando os ganhos em pontos com melhor infraestrutura de apoio a atividade, como grandes seringais, casas aviadoras, áreas urbanas em expansão sempre concentradas nas margens dos rios. “[...]. O resultado desse processo foi que as inversões resultantes do ‘desenvolvimento’ das gomas elásticas não foram revertidas nessas áreas fronteiriças”. (VALCUENDE; ARRUDA, 2009, p. 87). Os territórios da borracha mais desenvolvidos concentraram bancos de créditos, capital e portos, etc., enquanto, o interior que fornecia matéria prima permaneceu no isolamento físico e social. Citamos como exemplo, núcleos estratégicos que se consolidaram nas capitais e metrópoles regionais, como Belém-PA e Manaus-AM. Os lucros e as benesses da economia da borracha foram revertidos em obras suntuárias, destacam-se nessas cidades o Teatro da Paz, em Belém-PA e Teatro Amazonas, respectivamente, que seguiram os padrões arquitetônicos europeus, com lucros e dividendos da economia da borracha.

3. A Formação Cultural da Amazônia e os Novos Ciclos para Patrimônio Histórico Cultural

A bacia hidrográfica que banha a região da Amazônia Sul-Occidental tem suas principais nascentes nos países vizinhos da Bolívia e Peru, no Brasil segue na direção sudoeste desaguardo no grande Rio Amazonas, e posteriormente ao Oceano Atlântico. Os aspectos hidrográficos na Amazônia foram a grande via arterial de circulação desse processo de ocupação, transporte e comunicação.

No caso do Acre, as maiores demandas de migrantes eram de cearenses, em menor número estavam presentes amazonenses e paraenses. Somavam-se a estes em números menores imigrantes bolivianos e peruanos, assim como, de comerciantes portugueses, sírio-libaneses que se dedicavam ao comércio pelos rios, ficando conhecidos como mascates e regatões. Nas margens dos rios também se formaram as principais cidades tendo suas origens os antigos seringais para exploração do látex para produção da borracha e entrepostos comerciais. Enquanto, outras cidades se destacaram como pontos de apoio da produção gomífera e palcos da Revolução Acreana, como a cidade de Xapuri. Os municípios mais antigos, como Xapuri resguardam um patrimônio histórico que reporta seu passado histórico, preservando arquitetura, sítios históricos, portos, museus e espaços de memória, datas e festas comemorativas que retratam a história do município. Xapuri foi considerado como a “Princesinha do Vale do Acre”, pela infraestrutura urbana conquistada no ciclo da borracha alçada desenvolvimento do comércio. A cidade desponta pelo patrimônio histórico e cultural preservado, para o turismo e lazer (LIMA, 2003).

Desta forma, a formação da cultura acreana possui um vínculo direto com a miscigenação de imigrantes com indígenas e populações andinas, estes atores tiveram na rede hidrográfica seus primeiras vias de circulação, tendo por todo seu percurso a formação das principais cidades a localização nas margens dos principais rios e junto com os elementos da floresta a sua formação etnocultural que retratam e vivenciam suas experiências cotidianas, reforçam suas identidades e vivências socioculturais. A decadência da exploração da borracha após a década de 1950 incentiva a exploração de novas atividades socioeconômicas, entre estas a agropecuária. Assim, no Estado do Acre o novo processo de rearranjo cultural com o ciclo da agropecuária passou a ser implantado em meados dos anos 60-70 e 80 do século passado. Neste novo processo de transformação socioeconômica e ambiental é impulsionado pela implantação da pecuária e da agricultura impulsionando novos fluxos migratórios que foram oriundos da região centro-sul foram intensificados, graças à desarticulação da atividade extrativista vegetal e a implantação de projetos agropecuários e infraestrutura rodoviária em direção a região da Amazônia Sul-Ocidental. Este processo foi reflexo das políticas da colonização

oficial voltadas à expansão da fronteira agrícola, sendo os principais atores o Estado, em todas as esferas e contou com a efetivação de empresários do setor agropecuário (LIMA; COSTA, 2008). A agropecuária no Acre modificou de maneira significativa a paisagem, o território e a estrutura fundiária da região, pois, os antigos seringais extrativistas passaram a dar lugar aos pastos para criação de gado, após grandes derrubadas da floresta e queimadas pelos empresários do setor agropecuário. Este processo de desmate e queima de forma geral expulsou os antigos moradores, os seringueiros, ocasionado o êxodo rural e conflitos de terra. Somam-se como principais problemas, a especulação fundiária, desmatamentos, concentração de terras, que foram acompanhados da propagação de grandes conflitos sociais pela posse de terra no campo. Estes aspectos redesenha um novo capítulo na histografia acreana, pois os antigos moradores dessas áreas, seringueiros, índios e posseiros se organizaram e enfrentaram os novos atores para defender a floresta seu principal meio de sustento.

Bezerra (2016) reconhece que a luta que se desenvolveu no Acre não foi apenas econômica, mais, também, social, ideológica e cultural, para a autora a floresta se insurgiu através dos seus atores sociais. A luta dos seringueiros contra os fazendeiros, em decorrência da expansão da pecuária e defesa da floresta é um fenômeno de resistência que caracteriza as divergências econômicas. A agropecuária “se fundamentou numa atividade que passava a ocupar espaço no mercado, na economia, e que apresentava conotações ideológicas e culturais” (BEZERRA, 2016, p. 259). A organização social dos seringueiros foi fortalecida com o apoio da igreja católica, organização de sindicatos de trabalhadores rurais, apoio de intelectuais e a imprensa alternativa. O movimento ficou conhecido como, “a união dos povos da floresta”. Após muitas perdas, obtiveram importantes conquistas para preservação de identidades territoriais com o reconhecimento do poder público de seus direitos territoriais reconhecidos legalmente por meio da criação das Reservas Extrativistas (RESEX) e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE). O resultado desse processo foi à criação de diversos projetos de assentamentos e áreas de preservação ambiental (Quadro 1) em diversas partes do Estado do Acre, o que tem possibilitado a democratização das terras para as populações tradicionais e agricultores familiares, atenuando vários conflitos pela terra (LIMA; COSTA, 2008; LIMA 2003).

Quadro 1. Áreas Naturais Protegidas e de Uso Sustentável do Estado do Acre (Fonte: ZEE/AC, 2006 apud ACRE, 2010)

| I - Proteção Integral | | | | |
|---|--|----------------------|-----------------|---|
| Nº | NOME | ÁREA (ha) | % Estado | MUNICÍPIO SEDE |
| 1 | Estação Ecológica (ESEC) Rio Acre | 84.387 | 0,51 | Assis Brasil |
| 2 | Parque Nacional (PARNA) da Serra do Divisor | 844.636 | 5,14 | Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves |
| 3 | Parque Estadual (PE) Chandless | 693.366 | 4,22 | Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e Sena Madureira |
| Sub-Total | | 1.622.389 | 9,87 | |
| II - Uso Sustentável | | | | |
| 4 | Floresta Estadual (FLOE) Rio Liberdade | 125.080 | 0,76 | Tarauacá |
| 5 | Reserva Extrativista (RESEX) Cazumbá-Iracema | 742.410 | 4,52 | Sena Madureira |
| 6 | Floresta Nacional (FLONA) Macauã | 177.047 | 1,08 | Sena Madureira |
| 7 | Floresta Nacional (FLONA) Santa Rosa do Purus | 228.861 | 1,39 | Santa Rosa do Purus e Feijó |
| 8 | Reserva Extrativista (RESEX) Alto Juruá | 527.831 | 3,21 | Marechal Thaumaturgo |
| 9 | Reserva Extrativista (RESEX) Riozinho da Liberdade | 326.810 | 1,99 | Tarauacá |
| 10 | Reserva Extrativista (RESEX) Alto Tarauacá | 151.537 | 0,92 | Tarauacá e Jordão |
| 11 | Floresta Nacional (FLONA) São Francisco | 21.142 | 0,13 | Sena Madureira |
| 12 | Floresta Estadual (FLOE) Mogno | 140.624 | 0,86 | Tarauacá |
| 13 | Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes | 931.834 | 5,67 | Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil |
| 14 | Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Seringal Nova Esperança | 2.909 | 0,02 | Epitaciolândia |
| 15 | Floresta Estadual (FLOE) Antimary | 65.824 | 0,40 | Bujari e Sena Madureira |
| 16 | Floresta Estadual (FLOE) Rio Gregório | 212.948 | 1,30 | Tarauacá |
| 17 | Área de Proteção Ambiental (APA) Raimundo Irineu Serra | 908,74 | 0,005 | Rio Branco |
| 18 | Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco | 30.004 | 0,18 | Rio Branco e Bujari |
| 19 | Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Amapá | 5.208 | 0,03 | Rio Branco |
| Sub Total | | 3.690.978 | 22,47 | |
| Total de Unidades de Conservação | | 5.313.367 | 32,35 | |
| III - Terras Indígenas | | | | |
| Terras indígenas do Estado do Acre | | 2.446.361 | 14,89 | |
| IV – Projetos de Assentamentos Diferenciados | | | | |
| Proj. de Assen. Diferenciados (PAE, PAF, PDS) | | 13.155 | 3,73 | |
| Total de áreas/territórios com potencial para o desenvolvimento do turismo | | 8.372.883 | 50,98 | |
| Área total do Estado do Acre | | 16.422.163,05 | | |

No Estado do Acre, estes elementos e valores estão diretamente associados às relações do homem e meio ambiente, brotando elementos de sua cultura, história, religião, hábitos e costumes do homem da floresta miscigenado com elementos de territorialização impostos por seus colonizadores e imigrantes. Assim, políticas públicas estatais buscam ferramentas de proteção e gestão destes territórios, criando unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral na busca de atenuar conflitos do homem com o meio ambiente, seu uso sustentável, conservação e proteção.

O território acreano é ocupado por mais de 47 % por áreas naturais protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), no qual, muitos municípios que tem sua maior parte da extensão territorial ocupados por essas áreas, como é o caso do município de Marechal Thaumaturgo (92,14%), Assis Brasil (84,38%), Mâncio Lima (65,04%), Sena Madureira (63,67%), Jordão (57,06%), Xapuri (55,17%), Manuel Urbano (54,69%) e Porto Walter (52,29%). Ressalta-se que estas áreas ambientais têm grande valor histórico-cultural e ambiental para o desenvolvimento de atividades ligado ao turismo, sendo que neste percentual não foram computados os projetos de assentamentos diferenciados que absorvem estas mesmas características ligadas ao patrimônio, meio ambiente e turismo (ZEE/AC, 2010).

A esta discussão anterior é possível efetivar-se através da gestão do territorial e o turismo, associando-se a questões ligadas a regionalização e ordenamento territorial, buscando a interação do homem e o meio ambiente, e consequentemente visando o manejo de recursos naturais propagadas pelo zoneamento territorial e ambiental. Assim, o ato de zonear está associado a analisar regionalmente o melhor uso do território de forma sustentável através de atividades socioeconômicas de baixo impacto ambiental.

Diante desse quadro, a região fronteira do Acre teve seu povoamento efetivo associado aos interesses econômicos ligados à “economia da borracha”, com apropriação e expansão de novos territórios e miscigenação indígena com novos migrantes nordestinos, principalmente de cearenses. O processo produziu diferenças étnicas, culturais, saberes e identidades, que são a base histórica, social e cultural da sociedade acreana. O que não podemos deixar de mencionar é que todos esses processos de povoamentos efetivos não ocorrem sem o processo

de depredação do meio ambiente, iniciados com a exploração da floresta, que perdura por todo século passado e que se intensificou nos dias atuais.

4. A Cultura na Amazônia Sul-Occidental como Patrimônio e Oferta Turística

As junções da cultura indígena com nordestina, e posteriormente agricultores do centro-sul, fez da miscigenação a base da cultura acreana retratando uma configuração social diversa, formando novas identidades, culturas e hábitos alimentares. Dos primeiros habitantes, os indígenas, herdaram o cultivo de raízes como a macaxeira (mandioca ou aipim) e o milho, que foi praticado progressivamente como base de subsistência dos migrantes que aos poucos foi se tornando a base alimentar regional.

O consumo da macaxeira é mais comum na forma cozida, assada ou frita, sendo a farinha de mandioca seu principal subproduto, ainda produzido de forma artesanal, por agricultores familiares; o desenvolvimento socioeconômico permitiu que as famílias fossem incorporando novos hábitos alimentares, influenciados pelos intercâmbios culturais. Além da macaxeira e seus subprodutos como a goma de tapioca, farinha de tapioca, beiju (tipo de tapioca), caldo de tucupi, maniçoba, quibe de macaxeira e o tacacá são bastante apreciados como alimento na culinária regional acreana.

Destaca-se uma bebida de origem indígena, a caiçuma (beberagem feita da mandioca ou milho, somente pelas mulheres, que cozinha e mastigam sua raiz cozida para que a saliva possibilite a fermentação e possa causar embriaguez) que é utilizada no cotidiano e momentos de lazer das populações indígenas. Outro produto agrícola comum na base alimentar acreana de forte influência tanto indígena e nordestina é o milho. Além de serem apreciados cozidos e assados, muitos subprodutos são de sua origem, como cuscuz (pão de milho) base para outro prato típico acreano a “baixaria” (mistura do cuscuz com carne moída, ovos e verduras), canjicas, pamonhas, curau, mungunzá, mingau e bolo de milho. Vários pratos que tem matéria prima o milho, tem forte influência da culinária nordestina.

A cana de açúcar introduzida também pelos nordestinos está presente nos hábitos alimentares acreanos, como o caldo de cana ou garapa, mel de cana, a rapadura, alfenim, e açúcar gramixó conhecido também como açúcar mascavo.

Somam-se a estes hábitos alimentares a influência de outros países na culinária acreana, como do Oriente Médio (árabes e sírio-libaneses) que migraram para região impulsionados pelo comércio que introduziram e adaptaram pratos como charuto (feito com folhas de couve por não existe videiras na região) que são recheados com arroz e carne moída, quibes (adaptados para quibes por serem de macaxeira e arroz), pastas e molhos picantes. Dos países vizinhos como a Bolívia, adotaram a saltenha (iguaria frita ou assada à base de batata e frango picante) e do Peru ceviche (peixe cru marinado no suco de limão, cebola e condimentos).

São comuns na cultura do Acre, manifestações religiosas festejos em datas comemorativas dos santos padroeiros dos municípios acreanos, tendo destaque São Sebastião padroeiro do município de Xapuri e Epitaciolândia, Nossa Senhora da Glória padroeira do município de Cruzeiro do Sul e Nossa Senhora de Nazaré padroeira da capital Rio Branco como as maiores e mais antigas manifestações que atraem romeiros de várias parte do Estado e de outras regiões para comemoração das datas festivas religiosas. Nas festas são realizadas missas, romarias, procissões, cortejos, arraiais e novenários organizados pelos segmentos católicos e municipais. Enquanto os segmentos “profanos” realizam encontros, feiras/comércio, festas e forrós em comemoração aos seus santos padroeiros fortalecendo contatos culturais. Conforme Almeida (2012) as festas rurais e urbanas, religiosas ou profanas por estarem nos calendários de eventos locais, e serem realizadas em datas específicas, períodos cíclicos, são também caracterizadas como turísticas por atraírem diferentes públicos. Estes públicos não só usufruem do patrimônio histórico-cultural, mas toda a infraestrutura de hospedagem, alimentação, transportes e de lazer. Os bens culturais inerentes à população nativa passam a ser reinventados pelo turismo e são mercantilizados para os turistas no Acre e municípios interioranos. No caso de Xapuri as festividades do “20 de janeiro” como é mais conhecida, tem seus festejos realizados desde 1902, ano de fundação da cidade, atraindo anualmente romeiros, peregrinos, comerciantes e turistas tanto interno como externos, como turistas estrangeiros.

Em Xapuri, somam-se aos aspectos culturais e religiosos os santos da floresta, as lendas e tradições das populações ribeirinhas dos índios e seringueiros, as peregrinações e pagamento de promessas a São João do Guarani em Xapuri e Santa Raimunda da Alma de Bom Sucesso em Assis Brasil que são caracterizados como santos da floresta, considerados por seus devotos como os guardiões da floresta, ambas manifestações religiosas estão localizadas na Reserva Extrativista Chico Mendes (LIMA, 2003; SILVA, 2015). Loureiro (2003) argumenta que a doutrina é fundada nos princípios da harmonia, amor, verdade, e justiça – e através da bebida sagrada, o “Santo Daime” e seus seguidores obtêm visões espirituais, recebendo e transmitindo para os demais as instruções dos seres divinos, que se exprimem num sistema de crenças, o mais enraizado na tradição mítica do Acre (LOUREIRO, 2003, p. 34-45). Uma manifestação cultural própria do Acre é a doutrina do Santo Daime, evento que tem sua origem na miscigenação da cultura de nordestinos, indígenas e povos andinos da Amazônia Sul-Occidental que Acre fazem o uso do chá da ayahuasca². A ayahuasca é uma bebida usada desde os tempos do Império Inca em rituais religiosos para cura de enfermidades, chegou pelo contato desses povos e diz que as visões e aparições daqueles que consomem o chá foram atreladas à religiosidade do povo nordestino, surgindo uma doutrina.

Segundo Loureiro (2003) e Silva (2015), a doutrina do Santo Daime retrata a confluência da herança indígena retratada na utilização do chá da ayahuasca somados aos saberes espirituais nativos da floresta com os princípios doutrinários e ritualísticos de seus codificadores oriundos do nordeste somados aos saberes indígenas, vindo para região para o trabalho no extrativismo da borracha no início do século passado. Neste contexto destacam-se os primeiros organizadores da doutrina os maranhenses Raimundo Irineu Serra, Antônio Costa e André Costa, que possibilitaram a fundação da doutrina espiritual típica acreana com princípios indígenas, espíritas e do catolicismo.

² Chá de origem vegetal e indígena resultado do cozimento em água dos cipós jagube e a folha da chacrona que são espécies típicas da flora Amazônica, o chá da ayahuasca é bebida

utilizada nos rituais religiosos e espirituais da Doutrina do Santo Daime e na cultura indígena originária no Estado do Acre, que na atualidade está propagada em diversas partes do mundo.

Outros segmentos que fazem do uso da ayahuasca foram se disseminando no Acre e outras partes do mundo, como a “União do Vegetal recriada por José Gabriel da Costa, e Barquinha, por Daniel Pereira de Mattos” (SILVA, 2015, p. 23).

A influência do patrimônio cultural e ambiental na religião também se faz presente nos hábitos religiosos e de saúde das populações tradicionais na Amazônia Sul-Occidental e no Acre. A presença de parteiras, benzedeiras, curandeiros, pajés e pais de santo com o uso de ervas e plantas medicinais retratam uma valiosa riqueza cultural e espiritual para o homem da floresta.

Loureiro (2003) diz que o costume de usar ervas para a cura de doenças advém das raízes acreanas utilizadas pelos povos da floresta, principalmente os índios, que são considerados cientistas da floresta, tais conhecimentos foram transmitidos aos nordestinos que adquiriram as técnicas de domesticação e uso para lidar com ervas, plantas e cascas, tanto que a utilização delas na fabricação de remédios permanece um costume ainda bem vivo na vida de grande parte da população regional.

As ervas são facilmente encontradas nas feiras e mercados e quintais domésticos, que são passadas pelas mãos dos raizeiros e benzedeiras, que fornecem ainda o modo de fazer, conselhos e recomendações sobre o uso, adicionando rituais de benzimentos, simpatias e orações. São usadas em infusões, emplastros, chás, xaropes, lambedouros e banhos (LOUREIRO, 2003, p. 37).

No final do século XIX e início do século XX, a nova configuração cultural marcada pela miscigenação já estava com suas bases sócio-identitárias formadas, consolidando-se a identidade acreana. A territorialidade historicamente construída por atores locais e externos são frutos de sociabilidade e interação de identidades, saberes e culturas do homem com o meio amazônico. As trajetórias históricas e culturais retratadas nas relações sociais com o meio ambiente formaram suas identidades fruto de “uma sociedade multifacetada que, mais do que uma síntese das diferenças, realiza e atualiza a noção regional a partir de sua interação” (BEZERRA; NEVES, 2010, p. 37).

Cabe ressaltar, que nesse debate anterior nas últimas décadas o poder público vem interferindo com mais ênfase na organização do patrimônio histórico e

cultural do Estado do Acre, por meio de órgãos específicos para o setor e políticas públicas. A região que compõe a Amazônia Sul-occidental possui um rico e variado patrimônio histórico-cultural e ambiental para o desenvolvimento turístico. No Estado já existem algumas ações que visam consolidar o turismo como um dos eixos de desenvolvimento regional e local, e a integração com os países vizinhos, no qual, destacamos as rotas turísticas regionais que já estão em estágios avançados de consolidação, as pousadas ecológicas que trabalham com o turismo de base comunitária, o etnoturismo indígena nas comunidades indígenas que realizam festivais de culturas indígenas, o turismo histórico-cultural ligado a Revolução Acreana e ao líder ambientalista Chico Mendes e nos últimos anos a sítios arqueológicos que divulgam os geoglifos como atrativos turísticos.

Sendo que estas últimas pesquisas e estudos estão catalogando estes sítios analisando os que mais se adequam para receber toda a infraestrutura de visitação, além de torres de observação buscando incentivar o turismo comunitário em propriedades rurais. Pois, este patrimônio tem atraído investimentos da iniciativa privada com ampliação da rede hoteleira, serviços de apoio e produtos consolidados que disponibiliza serviços como roteiros com passeios e pacotes passeios de balão e sobrevoos de avião para observação de geoglifos. Portanto, tanto o patrimônio histórico-cultural e ambiental da Amazônia Sul-occidental desaponta para o desenvolvimento e a consolidação do turismo regional e integrando a região de fronteira do Estado do Acre.

5. Considerações Finais

Na abordagem teórica que realizamos sobre os aspectos culturais e patrimoniais do Acre e da Amazônia Sul-Occidental nos permite admitir que esta região de fronteira, pelo seu valioso patrimônio histórico-cultural, composto por sítios arqueológicos, unidades de conservação, festas religiosas, espaços e produtos rurais e urbanos, formam um elenco de atrativos que é ofertado como produto para o consumo do turismo em todo Estado do Acre e demais mercados emissores, o que tem possibilitado a preservação histórico-cultural e territorial ali existente, ou seja a atividade turística abre possibilidades para a promoção e a proteção em certa medida do impactado causado pelo crescimento e urbanização territorial.

O principal efeito dessa interferência na valorização do patrimônio é a consolidação de produtos que passam a ser caracterizados como oferta turística, exemplos são a revitalização de mercados públicos, prédios de valor arquitetônico e cultural, parques ambientais, festivais de cultura, celebrações religiosas, igrejas, museus, teatros, espaços gastronômicos e de lazer, sítios históricos e arqueológicos, além de infraestrutura de apoio ao turismo.

Portanto, as relações do homem com o meio florestal amazônico formaram valores culturais e históricos repletos de identidades ligados à cultura indígena, nordestina, amazônica e de outros lugares que reportam os portugueses, árabes, bolivianos e peruanos. Esses elementos formam o patrimônio cultural, paisagístico e histórico e arqueológico refletido nas suas crenças, danças, lendas, culinária, músicas, folclore e religião.

Na cultura acreana prevaleceram os costumes indígenas e nordestinos tanto na composição étnica cultural, assim como na forte influência socioambiental, no modo de vida desses indivíduos. Os elementos e identidades etnoculturais, a base do patrimônio histórico cultural da Amazônia Sul-Occidental, do Estado do Acre que vem passando por um contínuo processo de valorização se adequa cada vez mais ao mercado do turismo.

6. Referências Bibliográficas

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Zoneamento ecológico-econômico Fase II: documento síntese – Escala 1:250.000.** Rio Branco: SEMA, 2010.

ALMEIDA, M. G. de. Sentidos das Festas no Território Patrimonial e Turístico. In: COSTA, E. B.; BRUSADIM, L. B.; PIRES, M. do C. (Org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 157-171.

BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre: um olhar social sobre a história institucional da região acreana.** Rio Branco-AC: EAC Editor, 2016.

BEZERRA, M.J.; NEVES, M.V. **Trajetórias Acreanas – Índios, seringueiros, ribeirinhos, sírio-libaneses e sulistas como atores da formação do Acre.** In: ACRE, Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. **Livro**

Temático IV - Cultural político: memórias, identidades e territorialidades. Rio Branco-AC: SEMA, 2010. p. 12-39.

BECKER, Bertha K. **A urbe Amazônica: a floresta e a cidade.** Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2013.

LIMA, Dermeson de S. **Turismo e o desenvolvimento sustentável: as potencialidades e o perfil da demanda turística de Xapuri-AC.** Rio Branco-AC: DEGEO/UFAC, 2003a. (Monografia de Graduação em Geografia).

VALCUENDE, José M. (Coord.). **História e memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia.** São Paulo-SP: Ed. EDUC, 2009.

SILVA, R.D. **Espaços de peregrinação: a devoção nas estradas da seringa.**

Porto Velho-RO: Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 2015. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LIMA, D. S.; FRANCO, C. A. da C. Dinâmica Populacional do Projetos de Assentamentos da Regional do Baixo Acre. In: **Anais XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco - AC.** Anais do XLVI SOBER, 2008.

LOUREIRO, A.J. **Cadernos de Cultura do Acre.** (Projeto Poronga). Rio de Janeiro-RJ: Fundação Roberto Marinho, 2003.